



União das Freguesias de Águeda e Borralha

CONCURSO PÚBLICO

CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE BAR E ÁREAS ADJACENTES DO PARQUE
FLUVIAL DE BOLFIAR

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



ARTIGO 1º

Identificação do Concurso

O presente procedimento é efetuado por Concurso Público, previsto no n.º1 do artigo 31.º, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 e c) do n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos, e visa a celebração de um contrato que tem por objeto principal a **contratação da concessão de exploração de bar e áreas adjacentes do Parque Fluvial de Bolfiar.**

ARTIGO 2º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a União das Freguesias de Águeda e Borralha, sita no Largo Dr.º António Homem de Mello, nº 74, 3750-107 Águeda, encontrando-se provisoriamente a funcionar nas instalações do Ginásio Desportivo de Águeda, sitas na Rua Celestino Neto, nº 25, 3750-126 Águeda, com o número de telefone 234622361 e com e endereço de e-mail geral@uf-aguedaeborralha.pt e o Website oficial www.uf-aguedaeborralha.pt

ARTIGO 3º

Localização e identificação das instalações

- 1- As instalações localizam-se na estrada nacional N230, 3750-307 Bolfiar, Águeda, mais concretamente no Parque Fluvial de Bolfiar.
- 2- O imóvel será cedido no exato estado físico em que se encontra, pelo que os interessados devem inteirar-se das suas condições físicas.
- 3- Durante o prazo fixado no presente programa para apresentação de propostas, os interessados poderão inspecionar o imóvel, mediante marcação prévia, e realizar nele os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

ARTIGO 4º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura do procedimento, foi determinada por deliberação tomada em Reunião de Executivo de 28 de janeiro de 2025.



ARTIGO 5º

Duração da concessão

A concessão da exploração do direito de ocupação do edifício identificado no artigo nº 3, será feita pelo prazo de 2 anos, sempre juízo de eventual resolução ou denúncia prévia.

ARTIGO 6º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

- 1- As peças que constituem o procedimento, o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, encontram-se disponíveis para consulta nos serviços da União das Freguesias de Águeda e Borralha, cujo horário de atendimento é 9.00h-12.30h e 14.00h-17.30h, nos dias úteis, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas. Em alternativas as peças encontram-se disponíveis através do Website oficial da Freguesia em www.uf-aguedaeborralha.pt.
- 2- As peças do procedimento encontram-se igualmente disponíveis na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: www.acingov.pt, onde podem ser consultadas e copiadas gratuitamente, após inscrição na plataforma e procedimento.

ARTIGO 7º

Júri do procedimento

- 1- Ao Júri do procedimento compete, nomeadamente:
 - a) Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das presentes regras;
 - b) Proceder à apreciação das propostas;
 - c) Elaborar a lista provisória de concorrentes admitidos e excluídos e respetivo relatório;
 - d) Proceder à realização da audiência prévia dos concorrentes
 - e) Proceder á realização do relatório final;

ARTIGO 8º

Esclarecimentos do processo

- 1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitadas pelos interessados, por escrito, ao Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, exclusivamente através da referida plataforma.
- 2- Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri, também por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
- 3- O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento nos termos e prazo indicados.
- 4- Os esclarecimentos e retificações serão disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento patentes para consulta.
- 5- Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência.
- 6- Os interessados dispõem do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas para apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

ARTIGO 9º

Concorrentes

- 1- É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
- 2- Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 4- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.



- 5- Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 6- Em caso de adjudicação, todos os membros de agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato.

ARTIGO 10º

Modo de apresentação da proposta e data limite de entrega

Os documentos da proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: www.acingov.pt, até às 18h00 do 30º dia a contar da data de envio do respetivo anúncio para publicação em Diário da República.

ARTIGO 11º

Proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- 1.1.** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante no anexo I do Código dos Contratos Públicos (e que se junta no anexo I ao presente Programa de Procedimento), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (documento a anexar pelo concorrente).
- 1.2.** No caso de pessoa coletiva o concorrente deve juntar cópia de Certidão de Inscrição no Registo Comercial, e declaração da representação de poderes, no caso da proposta e restantes documentos serem assinados por representante com poderes para obrigar o concorrente. (documento a anexar pelo concorrente).
- 1.3.** Certidão de não dívida às Finanças e Segurança Social;
- 1.4.** Documentos dos quais constem os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:
 - a) Preço mensal e preço global da concessão
- 1.5.** Documentos que contenham os esclarecimentos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.
- 1.6.** Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.



2. As propostas devem respeitar os seguintes elementos formais:

- 2.1.** Os documentos da proposta devem ser assinados eletronicamente com um certificado qualificado emitido por entidade autorizada para o efeito, conforme relação de entidades certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora disponível em www.gns.gov.pt . Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
- 2.2.** As propostas e documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 2.3.** Quando a proposta seja apresentada por agrupamento concorrente a declaração referida em 1.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas coletivas deve juntar cópia das respetivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial.
- 3.** Não são admitidas propostas que envolvam alterações às cláusulas do caderno de encargos.
- 4.** Não são admitidas propostas com variantes.
- 5.** As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
- 6.** O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias contados da data limite para a sua entrega.
- 7.** Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.



ARTIGO 12º

Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes

1. Os concorrentes obrigam-se a prestar, relativamente aos documentos instrutórios da candidatura, os esclarecimentos que o Júri do concurso considere necessário.
2. Sempre que, na fase de apreciação das propostas, o Júri do concurso tenha dúvidas sobre a real situação económica e financeira de qualquer dos concorrentes poderá exigir deles ou solicitas a outras entidades todos os elementos de informação.

ARTIGO 13º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, sendo esse fator o preço.
2. A adjudicação será feita à proposta de valor mais elevado.
3. Após avaliação das propostas se se verificar empate entre duas ou mais propostas o desempate de propostas far-se-á por recurso a sorteio.

ARTIGO 14º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, no prazo de 5 dias úteis após a respetiva notificação, os seguintes

documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo II do Programa de Procedimento).
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:

B1) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração direta ou gerência que se



encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

B2) Cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 55.º do CCP;

B3) Cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º1 do artigo 55.º do CCP;

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. No caso do adjudicatário se tratar de empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, este para além dos documentos referidos no ponto 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

ARTIGO 15º

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o concessionário não apresentar os documentos de habilitação, nos termos dos artigos 86.º e 87.º do CCP;
- b) Pelo facto que lhe seja imputável, o concessionário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º, n.ºs 1 e 2 do CCP;
- c) Não apresentar quaisquer outros documentos dos referidos no presente programa;



ARTIGO 16º

Caução

Não é exigida a prestação de Caução, nos termos do n.º 2, alínea a) do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 17º

Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O contrato deverá conter, sob pena de nulidade, os elementos previstos no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18º

Reserva de não adjudicação

A União de Freguesias de Águeda e Borralha, reserva-se no direito de não adjudicar, se entender que as propostas, não são vantajosas para a Autarquia.

ARTIGO 19º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e na restante legislação aplicável.

Águeda, 28 de janeiro de 2025

O Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha
